ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

HISTÓRIA PÚBLICA E EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA: "Professores contra o projeto Escola Sem Partido" - Narrativas em Debate

PUBLIC HISTORY AND DEMOCRATIC EDUCATION: "Educators against the Escola Sem Partido project" – A debate between narratives

HISTORIA PÚBLICA Y EDUCACIÓN DEMOCRÁTICA: "Profesores contra el proyecto Escuela Sin Partido"- Narrativas en Debate

Juniele Rabêlo de Almeida[1]
Renan Rubim Caldas[2,3]

RESUMO
Este artigo, na interface História Pública e Educação, tem como objetivo analisar a resistência ao programa "Escola Sem Partido" (ESP) e suas narrativas ofensivas

[1] Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), com atuação nos cursos de graduação e pós-graduação. É doutora em História Social (USP) e mestre em História (UFMG). Realizou pós-doutorado na UFMG (atuando no Núcleo de História Oral, 2011). Pesquisadora efetiva do "Laboratório de História Oral e Imagem" (LABHOI/UFF) e colaboradora nos seguintes núcleos: NEHO/USP, NUPEHC/UFF e NHO/UFMG. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: história oral; história pública; história e mídia/imprensa; história do tempo presente, repertório da ação coletiva/segurança pública; história ambiental. Co-coordena as atividades do Programa de Iniciação à Docência em História (PIBID-Capes/UFF, História/Niterói). Integra a Comissão Administrativa da Rede Brasileira de História Pública (2012-2016). É diretora regional (sudeste) da Associação Brasileira de História Oral - ABHO (2014-2016). E-mail: diversitas@usp.br.
[2] Mestrando em História (Universidade Federal Fluminense). Integrante do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-UFF). Bolsista Capes. E-mail: renan.rubimcaldas@gmail.com.
[3]Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de História. Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, Campus do Gragoatá, Bloco O, São Domingos, Niterói – RJ, CEP: 24210-201, Brasil.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

contra os professores. Observa-se o debate público promovido pelos "Professores Contra o Escola Sem Partido" (PCESP) com a defesa da educação democrática e plural. De um lado, o ESP afirma a existência da "doutrinação ideológica" por parte dos professores e, de outro, o PCESP se opõe ao afirmar a liberdade e autonomia docentes. A discussão mostra-se urgente, nas fronteiras da História Pública, ao valorizar: As questões socialmente vivas na educação democrática em história (debates públicos que ultrapassam espaços escolares e acadêmicos); A educação histórica que compreende a relevância da "história construída *com* o público" – a partir dos diálogos com movimentos (ativismos contemporâneos) pela educação democrática.

PALAVRAS-CHAVE: História Pública; Educação Democrática; Narrativas.

ABSTRACT

This article, within the interface between Public History and Education, aims to analyze how "Professores Contra Escola Sem Partido" (PCESP) is resisting the "Escola Sem Partido" (ESP) project and its offensive narrative towards educators. On one side, ESP, a program that wishes to remove politics from classrooms, states that students are being "indoctrinated" by teachers; on the other, PCESP, a group of Educators against ESP, affirms that teachers must have freedom and autonomy in their profession, promoting a public discussion to defend democracy and pluralism in education. This is an urgent discussion to recognize the value of issues that are socially relevant to democracy in history education (public debates that go beyond academia and schools), and a history education that understands the relevance of "history that is made *with* the audience," based on the dialogue conducted with movements (contemporary activism) for democracy in education.

KEYWORDS: Public History; Democratic Education; Narratives

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

RESUMEN

Este artículo, en la interfaz Historia Pública y Educación, tiene como objetivo analizar la resistencia al programa "Escuela Sin Partido" (ESP) y sus narrativas ofensivas contra los profesores. Se observa el debate público promovido por los "Profesores Contra Escuela Sin Partido" (PCESP) con la defesa de la educación democrática y plural. Por un lado, el ESP, afirma la existencia del "adoctrinamiento ideológico" por parte de los profesores y, por otro, el PCESP, se opone al afirmar la libertad y autonomía docentes. La discusión se muestra urgente, en las fronteras de la historia pública, al valorizar: Las cuestiones socialmente vivas en la educación democrática en historia (debates públicos que van más allá de los espacios escolares y académicos); La educación histórica que comprende la relevancia de la "historia construida *con* el público" - a partir de los diálogos con movimientos (activismos contemporáneos) por la educación democrática.

PALABRAS CLAVE: Historia Pública; Educación Democrática; Narrativas.

Recebido em: 22.01.2017. Aceito em: 26.03.2017. Publicado em: 01.04.2017.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

Apresentação

Como dimensionaros sentidos da "História Pública"[4] a partir dos debates que promovem, no tempo presente, a resistência ao programa "Escola Sem Partido" (ESP) esuas narrativas ofensivas contra os professores?[5]Atualmente, no Brasil, estamos vivendo um intenso debate político, educacional e jurídico em torno do programa "Escola Sem Partido", que tem mobilizado professores, acadêmicos, deputados, senadores, advogados, sindicatos e coletivos em suas discussões e reflexões. Este programa tem sido pauta de debate em diversas audiências públicas na Câmara dos Deputados, já que existem projetos de lei que visam incluir o programa "Escola Sem Partido" na Lei de Diretrizes e Bases

[4] "O espaço da História Pública, já consolidado em países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália, se expandiu nos últimos anos. Para além da divulgação de um conhecimento organizado e sistematizado pela ciência, a História Pública aponta possibilidades para a construção e a difusão do conhecimento histórico de maneira dialógica (entre acadêmicos e não acadêmicos). A expressão História Pública ultrapassa a ideia de acesso e publicização de concepções em vigor na academia. (...) Consideramos, assim, a necessidade da não supressão da ciência histórica em favor da História Pública, reforçando um desejo mútuo de diálogo com as práticas e reflexões não acadêmicas compromissadas com a história" (ALMEIDA, 2016: 52). Sobre as perspectivas da História Pública no Brasil, cf. ALMEIDA, MAUAD, SANTHIAGO, 2016; ALMEIDA; ROVAI, 2012.

[5] Vale conferir o trecho transcrito da fala final do advogado e procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, criador do movimento "Escola Sem Partido", na audiência pública sobre o PL7180/2014 – Escola Sem Partido que aconteceu no dia 14/02/2017 na Câmara dos Deputados. Neste trecho, podemos ver claramente que ele compara a figura do professor com a de um estuprador, que "abusa" das suas "vítimas", que, no caso, são seus próprios alunos: "É umargumento surrado o de que o aluno não é uma folha em branco, de que uma criança de 12 anos sabe perfeitamente dialogar com o professor, com um professor tarimbado, com um militante, que eles estão ali em pé de igualdade. É evidentemente, como disse o professor Jungmann, isso é um argumento de gente sonsa, com todo respeito. E mais, é um argumento que é típico dos abusadores que procuram minimizar a gravidade dos seus atos, apelando para a condição pessoal de suas vítimas. [...] É típico dos abusadores que pretendem minimizar a gravidade dos seus atos apelando para a condição pessoal das suas vítimas. Digo mais, é um argumento típico também dos estupradores... é um argumento típico dos estupradores, que, alegam em sua defesa, que aquela menina de 12 anos que eles acabaram de violentar não é tão inocente quanto parece. Este é o argumento de que o aluno não é uma folha em branco." (NAGIB, Audiência Pública, 14/02/2017).

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

da Educação Nacional e que estão em tramitação na própria Câmara dos Deputados e no Senado Federal [6]. Além disso, o programa está em tramitação em diversas câmaras municipais e estaduais do país [7], e já foi aprovado em dois municípios (Santa Cruz do Monte Castelo-PR e Picuí-PB) e no estado de Alagoas (Lei 7.800/2016, que institui o programa "Escola Livre").

Diante desse cenário, busca-se um duplo objetivo: Problematizaras principais narrativas públicasdo programa "Escola Sem Partido"(ESP) e da resistência impulsionada pelo movimento "Professores Contra o Escola Sem Partido" (PCESP); Dimensionar, no entrecruzamento História Pública e Educação,a importância da observação das questões socialmente vivas para educação democrática em história (valorização dos debates públicos que ultrapassam espaços escolares e acadêmicos), bem como a relevância da

[6] PL 7180/2014, proposto pelo deputado Erivelton Santana (PSC/BA), que inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Apensados: PL 867/2015, proposto pelo deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), que pretende incluir o "Programa Escola Sem Partido" entre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e PL 5487/2016, proposto pelo deputado Victório Galli (PSC/MT), que institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes.
Outros projetos de lei: PL 193/2016, proposto pelo senador Magno Malta (PR-ES), que tramita no Senado Federal, e que também pretende incluir o "Programa Escola Sem Partido" na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PL 2731/2015, proposto pelo deputado Eros Biondini (PTB-MG), que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE, para dispor sobre a proibição do uso da "ideologia de gênero" (sic) na educação nacional; PL 1411/2015, proposto pelo deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), que tramita na Câmara dos Deputados, e tipifica o crime de assédio ideológico por parte dos professores e dá outras providências.

[7] No Rio de Janeiro, por exemplo: PL 2974/2014, proposto pelo deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC-RJ), que cria o "Programa Escola Sem Partido" no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. PL 867/2014, proposto pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), que cria o "Programa Escola Sem Partido" no âmbito do Município do Rio de Janeiro.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

"história construída *com* o público"[8] - diálogos com os diversos ativismos contemporâneos.

O presente texto é frutode uma experiência emHistória Pública[9]. Discute-seo movimento "Professores Contra a Escola sem Partido" por meio do trabalho resultante da parceria dos autores com o próprio movimento(construção do *Acervo PCESP*) –em um processo de "autoridade compartilhada"[10] para ampliação deste debate público nahistóriado tempo presente[11]. Assume-se, aqui, a importância da liberdade e autonomia docentes contra o projeto "Escola Sem Partido". Tal projeto afirma a existência da "doutrinação ideológica" por parte dos professores e, dessa forma, busca sufocar os debates públicos – sobre racismo, homofobia, machismo, noticiário político etc – ao rotulá-los como os principais responsáveis pela suposta "doutrinação" dentro de sala de aula.

Narrativas públicas

Criado em 2004, o ESP se apresenta como "uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao

[8] Sobre "história construída *com* o público" e "construção compartilhada da História Pública", cf. SANTHIAGO, 2016; FRISCH,1990.

[9] Trata-se da construção do *Acervo PCESP* vinculado a pesquisa *Trajetória de vida e prática docente em História: narrativas em movimento – do "Escola Sem Partido" a "Educação Democrática"* de Renan Rubim Caldas – PPGH-UFF (sob orientação de Juniele Rabêlo de Almeida). Busca-se a seleção e catalogação de materiais para o acervo de narrativas públicas (que serão disponibilizadas em uma plataforma digital) sobre o movimento PCESP – uma parceria com o Prof. Dr. Fernando Penna(FE-UFF) –articulador do movimento *Professores contraaEscola Sem Partido*.

[10] A discussão sobre "autoridade compartilhada" é apresentada por FRISCH, 1990.

[11] Sobre a história do tempo presente, ver: AREND e MACEDO, 2009; DELGADO e FERREIRA, 2013; FERREIRA e AMADO, 1996.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

superior."[12]O advogado Miguel Nagib afirma que o motivo que o levou a criar o movimento foi o relato de sua filha, que após uma aula de História na escola, chegou em casa dizendo que o professor tinha comparado Che Guevara a São Francisco de Assis.[13] A partir disso, no entendimento do ESP, as escolas atualmente, tanto públicas quanto privadas, estão sendo "vítimas do assédio de grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas"[14], e os professores são colocados como os principais responsáveis pela "doutrinação política e ideológica" dentro de sala de aula.

Esse diagnóstico da doutrinação, defendido pelos criadores e simpatizantes do movimento, tem como base de sustentação dois pilares discursivos que aparecem como centrais nos debates públicos. O primeiro pilar refere-se à relação entre o professor e os alunos dentro de sala de aula. De um lado, os defensores do movimento partem do pressuposto de que os alunos formam uma "audiência passiva e cativa" frente ao professor. De outro, entendem que o professor "abusa da sua liberdade de ensinar" e não respeita a "liberdade de consciência e de crença dos alunos". Desse modo, os alunos são "vítimas do abuso intelectual e da autoridade do professor", e o professor, nesse caso, é considerado, então, um "sequestrador intelectual" dos seus próprios alunos [15].

---

[12] Cf. QUEM SOMOS. ***Site oficial*** **"Escola Sem Partido"**. Disponível em: http://www.escolasempartido.org/quem-somos. Acesso (18/02/2017)

[13]Cf.ENTREVISTA com Miguel Nagib.***Blog*** **"Conexão Conservadora".** Disponível em: http://conexaoconservadora.blogspot.com.br/2011/11/conexao-conservadora-6-miguel-nagib.html. Acesso (18/02/2017)

[14]Cf.APRESENTAÇÃO. ***Site oficial*** **"Escola Sem Partido"**. Disponível em: http://www.escolasempartido.org/apresentacao. Acesso (18/02/2017)

[15]Cf. SÍNDROME de Estocolmo. ***Site oficial*** **"Escola Sem Partido"**. Disponível em: http://escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo. Acesso (18/02/2017)

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

O segundo pilar de sustenção, e intimamente relacionado ao primeiro, refere-se à proibição do debate sobre os acontecimentos políticos do mundo público em sala de aula, e à proibição da discussão de ideias e valores relativos às questões socialmente vivas do tempo presente e que envolve a problematização do racismo, da homofobia, do machismo, etc.

O movimento ESP afirma que o professor não possui e não deve ter liberdade de expressão dentro de sala, e sim que possui a sua liberdade de ensinar ou liberdade de cátedra. Segundo Nagib, há uma distinção entre as duas liberdades. A liberdade de expressão é a "liberdade que o indivíduo tem de dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto", ou seja, suas opiniões relativas aos assuntos do cotidiano da vida pública. Já a liberdade de ensinar ou de cátedra, é a liberdade que o professor tem para tratar apenas do conteúdo de sua disciplina e nada além disso. Portanto, já que os alunos são uma "audiência cativa" dentro de sala de aula e são obrigados a estar ali, o professor não pode se expressar e emitir suas opiniões sobre temas que estão fora do domínio da sua disciplina[16].

Na seção "Flagrando o doutrinador", no site oficial do movimento, que tem como objetivo "alertar" aos alunos que estão sendo "vítimas" da "doutrinação" de seus professores, isso fica mais claro. O professor é considerado "doutrinador" quando "se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional"; e "alicia alunos para participar de manifestações, atos públicos, passeatas, etc". [17]

---

[16]Cf. LIBERDADE de ensinar não se confunde com a liberdade de expressão. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2016-jun-24/miguel-nagib-liberdade-ensinar-nao-confunde-expressao. Acesso (18/02/2017)
[17]Cf.FLAGRANDO o doutrinador. ***Site oficial*** **"Escola Sem Partido"**. Disponível em: http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador. Acesso (18/02/2017)

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

Desse modo, para o movimento ESP, o professor não pode conversar com seus alunos sobre as questões pertinentes ao mundo público e nem sobre a participação dos mesmos na realidade política em que eles vivem. O professor tem que ser neutro e não pode apresentar nenhum juízo de valor nas suas aulas quando for abordar os conteúdos das disciplinas [18]. Ele é visto apenas como um transmissor do conhecimento, objetivo, bruto, que é dissociado e não dialoga com a realidade do aluno.

Ligado a isso, o movimento defende a afixação de cartazes em sala de aula contendo seis "deveres do professor" e, dentre esses, vale destacar: "o professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções"[19]. Nesse ponto, sob os lemas de "não mexam com nossas crianças" e "meus filhos, minhas regras"[20], os defensores do movimento ESP afirmam que os valores de ordem familiar tem que ter precedência sobre a educação escolar no que diz respeito ao tema da educação moral, sexual e religiosa [21]. Ou seja, o professor não é um educador, ele apenas é um instrutor da disciplina, e não poderá abordar questões que possam entrar em conflito com a educação que os alunos

[18]Cf.OBJETIVOS. ***Site oficial*** **"Escola Sem Partido"**. Disponível em: http://escolasempartido.org/objetivos. Acesso (18/02/2017)
Fala do Prof. Dr. Bráulio Tarcísio Porto de Matos, professor da Faculdade de Educação da UNB e vice-presidente do Escola Sem Partido, na Audiência Pública sobre o PL7180/2014 – Escola Sem Partido, que aconteceu no dia 07/02/2017 na Câmara dos Deputados. Ver: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/videoArquivo?codSessao=58780&codReuniao=45974#videoTitulo. Acesso (18/02/2017)

[19] Cf. DEVERES do professor. ***Site oficial*** **"Escola Sem Partido"**. Disponível em: http://escolasempartido.org/deveres-do-professor. Acesso (18/02/2017)

[20] Cf. PERFIL público do Miguel Nagib. **Rede social *Facebook*:** https://www.facebook.com/miguel.nagib.9?fref=ts. Acesso (18/02/2017)

[21]Cf. PROJETOS de lei e outras proposições. **PL 867/2015.** Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668. Acesso (19/02/2017).

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

recebem em casa. Por isso, o movimento é contra qualquer discussão que o professor possa fazer em sala de aula sobre questões relacionadas, por exemplo, a gênero e sexualidade. Para o ESP, os professores "fazem a cabeça" e "manipulam" os alunos quando problematizam a questão de gênero como uma construção social e histórica e quando tratam do preconceito à mulher, aos homossexuais, e à comunidade LGBT como um todo. Segundo eles, os alunos estariam sendo "vítimas da ideologia de gênero"[22].

Essas afirmações tem gerado muitas polêmicas no debate público atual e muitas críticas de diversos grupos opositores. Um desses grupos opositores, e talvez o grupo que mais tem se destacado no confronto direto com o movimento ESP, é o movimento "Professores Contra o Escola Sem Partido" (PCESP). Esse movimento foi criado no primeiro semestre de 2015, e começou como uma página na rede social *Facebook* de reunião e divulgação de notícias relativas aos avanços do movimento ESP. No site do PCESP eles se apresentam como:

> um grupo de estudantes e professores que se opõem aos projetos de lei incentivados por este movimento [ESP] que tramitam em várias casas legislativas do país. Para combater este retrocesso buscamos na página e neste blog informar e produzir conteúdo de análise e reflexão sobre o crescimento e organização do ESP, visando

[22] Miguel Nagib, em sua fala na audência pública sobre o PL7180/2014 – Escola Sem Partido no dia 14/02/2017, condenou o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da Universidade Federal de Santa Catarina por ter criado um concurso de cartazes que visa combater a homo-lesbo-transfobia na sociedade. Esses cartazes foram feitos por alunos do ensino fundamental e médio. Na sua apresentação durante a audiência Nagib mostra alguns dos cartazes feitos e, pelo fato dos cartazes mostrarem diferentes configurações de famílias e de relações afetivas, diz que há pais que discordam desses valores e novamente condena os professores que abordam esses temas na escola. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/videoArquivo?codSessao=58813&codReuniao=46280#videoTitulo. Acesso (18/02/2017)

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

> fundamentar nossos argumentos para desconstruir o apoio que eles conquistaram nos últimos anos.[23]

É válido destacar, nesse momento, a nossa posição engajada nesse movimento de oposição aos projetos de lei do ESP. Inseridos no debate em torno da História Pública, nos afirmamos como pesquisadores que compartilham das ideias e das narrativas mobilizadas pelo PCESP, e pretendemos realizar um trabalho de pesquisa histórica feito *com* o público, ou seja, junto com o movimento PCESP, no sentido de uma história colaborativa, na qual a ideia de "autoridade compartilhada" é central.

O PCESP é um grupo que defende a liberdade de expressão e a liberdade de educar dos professores, baseado numa relação dialógica de ensino-aprendizagem entre o docente e os seus alunos. Ao contrário dos discursos do ESP, essa liberdade, segundo o PCESP, é fundamental para construção de um senso crítico por parte dos alunos e, principalmente, para estimular uma consciência cidadã, o respeito à pluralidade de valores, de ideias e de comportamentos, e a valorização da democracia [24].

Os membros do PCESP produziram artigos acadêmicos que problematizam e criticam as afirmações defendidas pelo ESP, ao evidenciara vinculação política, ideológica e partidária que existe por trás do movimento, apesar do termo "sem partido" negar tal vínculo.

Um dos criadores e membros do PCESP, o Prof. Dr. Fernando Penna, professor da Faculdade de Educação da UFF, escreveu um artigo inaugural

---

[23] Cf. SOBRE O PCESP. ***Blog*** **"Professores Contra o Escola Sem Partido"**. Disponível em: https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/sobre/. Acesso (18/02/2017)

[24] Cf. EM DEFESA da liberdade de expressão dos professores. ***Blog*** **"Professores Contra o Escola Sem Partido"**. Disponível em: https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/07/07/em-defesa-da-liberdade-de-expressao-dos-professores/. Acesso (18/02/2017)

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

chamado "O ódio aos professores". Nesse artigo, Penna analisa dois procedimentos discursivos articulados e utilizados pelo ESP e pelo seus defensores no ataque aos professores: a utilização de termos que não possuem uma definição precisa e que são vagos, como os termos "doutrinação ideológica", "ideologia de gênero" e "marxismo cultural", e que isso já apresentaria um indicativo da inconstitucionalidade do projeto de lei; e a desqualificação de professores (principalmente os que se opõem ao ESP e aos projetos de lei), da escola e de algumas referências teóricas usadas no campo da educação por meio, não de argumentos racionais e fundamentados, mas sim,

> através de ataques pessoais e imagens que representam o professor, a escola e seus pensadores como ameaças à crianças inocentes, citando casos particulares considerados assustadores e insinuando que uma parcela significativa dos professores age da mesma maneira, mesmo que não tenham nenhum dado estatístico para apoiar essa generalização indevida (PENNA, 2016, p. 95)

Penna também analisa, nesse texto, alguns discursos proferidos pelo próprio criador do ESP em seu perfil público no *Facebook*, no qual compartilha uma imagem mostrando um suposto vampiro em um caixão e acompanhada do seguinte comentário: "conde Gramsci, o vampiro que vampiriza a educação brasileira, com a ajuda de Paulo Nosferatu Freire, pode estar com seus dias contados" (PENNA, 2016a: 96). Em uma outra imagem, agora compartilhada na página oficial do ESP no *Facebook*, os alunos são representados em uma esteira rolante e entram numa máquina vermelha e com o símbolo do PT com o pensamento "vou estudar, trabalhar, ralar e vencer na vida por mérito próprio" e saem com o pensamento "quero minha bolsa militante, quero minha cota, é culpa da elite branca retrógrada, fora meritocracia" (PENNA, 2016a: 97). Por essas narrativas, percebemos a contradição do ESP ao defender uma postura

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

isenta de preferência ideológica, posto que os sentidos das imagens revelamideologias e vinculações políticas existentespor trás do movimento liderado por Nagib.

Em um outro texto, chamado "A ideologia do Escola Sem Partido"[25] de autoria da professora Renata Aquino e também membro do PCESP, é evidenciado que Miguel Nagib foi articulista do Instituto Millenium[26], onde ele tinha uma coluna de artigos publicados e, entre os textosatribuídos a ele, está "Por uma escola que promova os valores do Millenium". O site, infelizmente, retirou as publicações relacionadas a Nagib, mas isso possui um significado importante.

A partir disso, o movimento PCESP identifica uma contradição no próprio discurso do ESP: ao mesmo tempo que os seus criadores defendem que os professores precisam ser "neutros", e não podem ter liberdade de expressão dentro de sala de aula para falar de ideias e valores relacionados à dimensão política do mundo público, e relacionados às questões socialmente vivas, esses mesmos criadores afirmam que é preciso promover valores como propriedade privada, responsabilidade individual, economia de mercado, meritocracia e limites institucionais à ação do governo nas escolas[27].

Em sua fala na audiência pública sobre o PL7180/2014 no dia 07/02/2017, o professor Fernando Penna analisa e problematiza os diversos

---

[25]Cf.A IDEOLOGIA do Escola Sem Partido. ***Blog*** **"Professores Contra o Escola Sem Partido"**. Disponível em https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com Acesso (18/02/2017)

[26] Segundo o próprio site, "O Instituto Millenium (Imil) é uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária com sede no Rio de Janeiro. Formado por intelectuais e empresários, o think tank promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo." Disponível em: http://www.institutomillenium.org.br/institucional/quem-somos/. Acesso (18/02/2017)

[27] Ver palestra do Profº. Drº Fernando Penna em que analisa o Escola Sem Partido como um defensor do modelo de mercado para as escolas. **Escola sem Partido como Chave de Leitura**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hipkLleDA_o. Acesso (18/02/2017)

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

projetos de lei que tem como base o programa "Escola Sem Partido" e traz à tona um parecer do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, que considerou inconstitucional a lei "Escola Livre" (Lei 7.800/2016 baseada no programa "Escola Sem Partido")[28] aprovada em Alagoas. Segundo Penna, esse parecer pode servir também para afirmar a inconstitucionalidade dos PLs em tramitação em âmbito federal. [29]

Desse modo, como professores preocupados com a ameaça a uma educação emancipadora, o PCESP afirma a necessidade e a urgência de problematizarmos o projeto de escolarização defendido pelo movimento ESP e os projetos de lei a ele associados em tramitação nas casa legislativas. É preciso intensificar a discussãosobre esses temas nos espaços públicos (nas salas de aula, nas escolas, nas câmaras legislativas, nas universidades, nas redes sociais, etc.) e dar ênfase às questões políticas e socialmente vivas do tempo presente, e que são pertinentes ao mundo comum que compartilhamos[30].

A realidade dentro e fora de sala de aula é plural, heterogênea, com sujeitos/agentes históricos que possuem diferentes trajetórias de vida, diferentes configurações de famílias, com valores e ideias distintas entre si. Os alunos precisam aprender a conviver com a diferença e com a pluralidade no

[28] Segundo Rodrigo Janot, "O propósito perseguido pelo legislador alagoano, de limitar o conteúdo da manifestação docente no ambiente escolar, não se compatibiliza com os princípios constitucionais e legais atinentes à educação nacional, os quais determinam gestão democrática e pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, não a proscrição de manifestações que possam vir a ser consideradas por parte de pais como contrárias às suas convicções morais, religiosas, políticas ou ideológica". *Janot diz que lei de AL que proíbe opinião de professor é inconstitucional*. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/10/20/janot-diz-que-lei-de-al-que-proibe-opiniao-de-professor-e-inconstitucional.htm. Acesso (18/02/2017)

[29]Cf. PENNA, Fernando. **Fernando Penna na Audiência Pública sobre o "escola sem partido"** (Câmara dos Deputados -07/02/2017). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tsG8j1kkRow. Acesso (18/02/2017).

[30] Sobre a importância do estudo das questões políticas e socialmente vivas do tempo presente no mundo comum, cf. ARENDT, 2007; PENNA e SILVA, 2016.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

mundo público (BIESTA, 2013; PENNA, 2016b). A sala de aula é um exemplo dessa convivência, característica de uma educação democrática.

A construção do acervo do movimento *Professores contra a Escola Sem Partido*

Observa-se, a partir das narrativas públicas dos movimentos, que o abusivo programa Escola Sem Partido pretende o cerceamento não apenas da prática educativa do professor, mas, também, do livre pensar – fundametal para as experiências de História Pública e cidadania. O ESP objetiva o sufocamento dos profícuos debates públicos, expressos entre diferentes valores, ações e narrativas políticas latentes na história do tempo presente. No horizonte dos saberes dos diversos movimentos sociais e comunidades de sentido, as práticas de História Pública são ameaçadas pelo ESP – ao negar a necessidade das interpretações dialógicas sobre o conhecimento histórico (produzido e compartilhado) e os seus públicos. Acredita-se, em meio à "guerra de narrativas"[31], na importância do "trabalho de memória"[32] sobre o movimento de resistência PCESP – a ser realizado pelos próprios integrantes (professores, pesquisadores e comunidade) com o propósito de fortalecimento do movimento.

[31] Christian Laville (1999) utiliza o termo *guerra das narrativas* ao discutir o interesse, a vigilância e as intervenções suscitadas pelos discursos sobre o ensino de história. Em uma guerra de narrativas, o ensino de história transita entre premissas de instrução e o propósito da educação para a cidadania.

[32] "Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias" (POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 4).

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

A História Pública, no Brasil, emerge das reflexões sobre a função social da história, a partir da construção de argumentos para fomentar debates e políticas públicas. A construção do *Acervo Professores contra a Escola Sem Partido* (contendo textos acadêmicos e não acadêmicos produzidos pelos integrantes do movimento PCESP e pelos integrantes do movimento ESP, entrevistas, reportagens publicadas na imprensa, registros audiovisuais– palestras proferidas por membros de ambos os movimentos; audiências públicas sobre o ESP; *hangouts* realizados por membros defensores do ESP [33], mesas em congressos e aulas públicas; Projetos de Lei baseados no ESP, em tramitação no Rio de Janeiro e em âmbito federal; fotografias, projetos, panfletos, cartazes, caricaturas, manifestos, cartas, petições online etc.) permite mapear o pensamento e as práticas desses *sujeitos coletivos*[34], referentes as estratégias de ação e a organização do movimento. Vivenciam-se, a partir da construção de um acervo, aspectos da coprodução do saber histórico, principalmente ao selecionar materiais que fomentam os argumentos de resistência desse coletivo (PCESP) - em um espaço de "autoridade compartilhada".

A construção desse acervo indica diferentes posicionamentos sobre o processo de consolidação do movimento PCESP – no que se refere às oportunidades políticas para as ações coletivas e às dimensões estratégicas e simbólicas para legitimação dos valores sócio-político da educação democrática. O material catalogado trata do conjunto de argumentos e estratégias de ação do movimento PCESP, com a repetição das narrativas bem-

[33] Hangout é um termo utilizado para se referir a um vídeo conferência, gravado ao vivo, com a participação de diferentes convidados para debater um tema específico. Nesse caso, a plataforma mais utilizada para transmissão e divulgação é o *Youtube*.
[34] É no espaço político de dissensos que se configura o processo de reconhecimento e diferenciação do sujeito coletivo (TOURAINE, 1996).

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

sucedidas aliadas às novas demandas – a partir de recursos materiais e conceituais que esse grupo de resistência tinha à disposição para atender aos interesses dos novos contextos e espaços sociais. Dessa forma, observamos que as narrativas públicas do PCESP contemplam expectativas para o futuro – evitar o avanço do programa Escola Sem Partido.

O acervo contempla materiais referentes às ocupações realizadas pelo PCESP (para aulas públicas, recolhimento de assinaturas para abaixo assinados, petições online, intervenções artísticas dentre outras) – ocupações que aumentaram o poder de mobilização; promovendo a difusão das ações coletivas e a solidariedade entre os participantes. As ocupações promovidas pelo PCESP, por outro lado, ao facilitarem a transmissão de determinadas ações (apreendidas e adaptadas) facilitaram, também, o "olhar" dos adeptos do ESP, que rapidamente tentaram (sem sucesso argumentativo), responder às manifestações contra o programa, principalmente nas redes sociais.

O trabalho de História Pública presente na construção do *Acervo PCESP*, pressupõe reflexões práticas de responsabilidade político-social com a educação democrática. Aliás, as dimesões da análise dos "públicos da história" são pensadas, a todo momento, pelos integrantes do PCESP – bem como práticas de engajamento para expressão dessas ideias. Destaca-se, aqui, a presença do prof. Fernando Penna e de outros membrosdo movimento nos debates públicos realizados nas esferas legislativas, acadêmicas, midiáticas dentre outros espaços. Nesse sentido, a construção e observação do acervo permite problematizar: o papel dos integrantes do movimento PCESP no espaço público (especialmente nas casas legislativas); a importância dos sites, blogs, redes sociais e videos da internet (youtube) para construção e divulgação das

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

ações coletivas e dos debates políticos; o impacto das ocupações públicas para consolidação da resistência ao programa ESP.

Acredita-se que a organização das narrativas políticas do PCESP, por meio da criação do acervo, sistematiza as estratégias para a atuação dos seus integrantes no espaço público – por meio de fóruns permanentes para barrar os avanços do programa ESP. E, ao mesmo tempo, afirmar os principios educacionais, garantidos no texto constitucional, pelos quais professores se mobilizam e lutam para estabelecê-los na prática. Evidenciam-se, assim, estratégias de luta e de resistência para a consolidação da educação democrática.

O entrecruzamento "experiência, memória e narrativa" do PCESP fornece elementos para a construção de uma História Pública do próprio movimento. Afinal, os integrantes do PCESP são produtores das "narrativas do sujeito coletivo PCESP". O próprio movimento constrói vestígios, marcas e emblemas para História Pública – entendida como uma prática e uma escrita, capaz de se configurar como um conhecimento compartilhado para construção de uma sociedade cidadã.

Considerações finais

Buscou-se em meio a"guerra de narrativas" para afirmação de uma educação democrática, observar o movimento *Professores contra a Escola Sem Partido*. E, ainda, identificar e analisar os princípios políticos dos discursos proferidos pelo ESP e pelo PCESP, bem como as suas estratégias de ação política. Tais objetivos desvelam o processo de construção do *Acervo PCESP*

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

como uma experiência de História Pública engajada – diante dos abusos do Programa Escola Sem Partido.

Tem-se percebido o avanço significativo de uma "onda conservadora"[35] tanto na dimensão política quanto na dimensão educacional, já que ambas as dimensões se encontram intimamente relacionadas. O jogo político que resultou no golpe contra Dilma Rousseff[36], a votação e a aprovação da PEC 55 (no Senado Federal), foram alguns desses principais eventos políticos que marcaram o conflito de poder no país. Vale frisar que uma das expressões dessa "onda" é o próprio crescimento do ESP, que existe desde 2004, mas que tomou grandes proporções a partir de 2014, quando começou a ser referenciado para projetos de lei ainda em tramitação em diversas câmaras municipais, estaduais e na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Já em julho de 2016 dois acontecimentos importantes vieram à tona: o primeiro, no dia 06, diz respeito a adesão de diversas associações científicas e profissionais, sindicatos, fóruns, faculdades, departamentos e institutos, programas de pós-graduação, grupos de pesquisa e movimentos sociais à carta aberta ao Senado Federal, intitulada "Em Defesa da Liberdade de Expressão em Sala de Aula", redigida pelo Prof.Fernando de Araújo Penna.[37] Esta carta foi escrita para uma apresentação na audiência pública no Senado Federal (07/07/2016), mas cancelada um dia antes pelo senador Cristovam Buarque. Seu conteúdo da carta repudia o programa ESP e também o PL 867/2015, já citado a cima.

---

[35]Cf. DEMIER e HOEVELLER, 2016. Ver também: MANNHEIM, 1981; HIRSCHMAN, 1992

[36] Sobre o golpe contra a presidencia da república em 2016, cf. MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016.

[37]Cf. LISTA de assinaturas e adesões: https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/07/11/em-defesa-lista-atualizada-de-assinaturas/. Acesso em: 13/02/2017

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

O segundo acontecimento importante ocorreu no dia 13 de julho de 2016 com o lançamento da "Frente Nacional contra o Projeto 'Escola sem Partido'", que reúne centrais sindicais, sindicatos, entidades nacionais, partidos políticos, movimentos sociais, estudantis e coletivos.[38] Consideramos aqui, portanto, que esses momentos da história recente são importantes marcos no processo de debate em torno do ESP, que desde maio de 2014 vem crescendo e gerando mobilizações e disputas entre grupo sociais e políticos em âmbito municipal, estadual e nacional.

As discussões sobreHistória Públicafomentaram um trabalho de "história feito *com* o público", ou seja, junto com o movimento PCESP, no sentido de uma história colaborativa, na qual a ideia de "autoridade compartilhada" é central. Os debates públicos na história do tempo presente descortinam a efervescência dos conflitos políticos e educacionais atuais. Nesse sentido a história do PCESPcontribui para dimensionar, no tempo presente, as disputas, os dilemas e as perspectivas para o projeto político-educacional democrático que se pretende no Brail.

FONTES

A IDEOLOGIA do Escola Sem Partido. ***Blog* "Professores Contra o Escola Sem Partido"**. Disponível em https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com Acesso (18/02/2017)

[38]Cf. FRENTE NACIONAL contra o Projeto 'Escola sem Partido'. Disponível em: http://www.sinasefe.org.br/v3/index.php?option=com_content&view=article&id=1648:2016-07-13-02-42-36&catid=1:latest-news&Itemid=75. Acesso em: 13/02/2017

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

APRESENTAÇÃO. ***Site oficial*** **"Escola Sem Partido"**. Disponível em: http://www.escolasempartido.org/apresentacao. Acesso (18/02/2017)

DEVERES do professor. ***Site oficial*** **"Escola Sem Partido"**. Disponível em: http://escolasempartido.org/deveres-do-professor. Acesso (18/02/2017)

EM DEFESA da liberdade de expressão dos professores. ***Blog*** **"Professores Contra o Escola Sem Partido"**. Disponível em: https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/07/07/em-defesa-da-liberdade-de-expressao-dos-professores/. Acesso (18/02/2017)

ENTREVISTA com Miguel Nagib.***Blog*** **"Conexão Conservadora".** Disponível em: http://conexaoconservadora.blogspot.com.br/2011/11/conexao-conservadora-6-miguel-nagib.html. Acesso (18/02/2017)

FLAGRANDO o doutrinador. ***Site oficial*** **"Escola Sem Partido"**. Disponível em: http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador. Acesso (18/02/2017)

JANOT DIZ que lei de AL que proíbe opinião de professor é inconstitucional. **Uol Educação.** Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/10/20/janot-diz-que-lei-de-al-que-proibe-opiniao-de-professor-e-inconstitucional.htm. Acesso (18/02/2017)

LIBERDADE de ensinar não se confunde com a liberdade de expressão. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2016-jun-24/miguel-nagib-liberdade-ensinar-nao-confunde-expressao. Acesso (18/02/2017)

MATOS, Bráulio Tarcísio Porto de. **Audiência Pública sobre o PL7180/2014 – Escola Sem Partido.** Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/videoArquivo?codSessao=58780&codReuniao=45974#videoTitulo. Acesso (18/02/2017)

NAGIB, Miguel. **Audiência Pública sobre o PL7180/2014 – Escola Sem Partido.** Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/videoArquivo?codSessao=58813&codReuniao=46280#videoTitulo. Acesso (18/02/2017)

OBJETIVOS. ***Site oficial* "Escola Sem Partido"**. Disponível em: http://escolasempartido.org/objetivos. Acesso (18/02/2017)

PENNA, Fernando. **Escola sem Partido como Chave de Leitura**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hipkLleDA_o. Acesso (18/02/2017)

PENNA, Fernando. **Fernando Penna na Audiência Pública sobre o "escola sem partido"** (Câmara dos Deputados - 07/02/2017). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tsG8j1kkRow. Acesso (18/02/2017)

PERFIL público do Miguel Nagib. **Rede social Facebook**. Disponível em: https://www.facebook.com/miguel.nagib.9?fref=ts. Acesso (18/02/2017)

PROJETOS de lei e outras proposições. **PL 867/2015.** Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668. Acesso (19/02/2017)

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

QUEM SOMOS. ***Site oficial* “Escola Sem Partido”**. Disponível em: http://www.escolasempartido.org/quem-somos. Acesso (18/02/2017)

QUEM SOMOS. ***Site oficial* “Instituro Millenium”.** Disponível em: http://www.institutomillenium.org.br/institucional/quem-somos/. Acesso (18/02/2017)

SÍNDROME de Estocolmo. ***Site oficial* “Escola Sem Partido”**. Disponível em: http://escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo. Acesso (18/02/2017)

SOBRE O PCESP. ***Blog* “Professores Contra o Escola Sem Partido”**. Disponível em: https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/sobre/. Acesso (18/02/2017)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. Ed: Letra e Voz, 2016.

ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública.**São Paulo: Letra e Voz, 2012.

AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fabio. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo e argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). **A onda conservadora: ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta Morais. História do tempo presente e ensino de história. **Revista História Hoje**, v. 2, nº 4, p. 19-34 - 2013.

FERREIRA, Marieta Morais, AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FRISCH, Michael. **A Shared Authority: Essays on the Craftand Meaning of Oral and Public History.** Albany: State University of New York Press, 1990.

GOHN, Maria da Glória. **A contribuição de Alain Touraine para a produção do conhecimento na sociologia urbana: sujeitos coletivos e multiculturalidade**. São Paulo: Loyola, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

HIRSCHMAN, Albert O**. A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LAVILLE, Christian. **A guerra das narrativas**: debates e ilusões em torno do Ensino de História. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.19, n. 38, 1999, p. 125-138.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p66

LIDDINGTON, Jill; DITCHFIELD, Simon. **Public History: A Critical Bibliography. Oral History**. Vol. 33, Representing the Past. Spring, 2005.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G (cord.) **Historiadores pela democracia.** São Paulo: Alameda, 2016.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PENNA, Fernando; SILVA, Renata da Conceição Aquino da. As operações que tornam a História Pública: a responsabilidade pelo mundo e o ensino de história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários.** Ed: Letra e Voz, 2016.

PENNA, Fernando. O ódio aos professores. In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.** São Paulo: Ação Educativa, 2016a.

___________. Programa "Escola Sem Partido": uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcos Leonardo Bomfim. **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016b.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio.**Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.